XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA

DIREITO, EDUCAÇÃO EPISTEMOLOGIAS, METODOLOGIAS DO CONHECIMENTO E PESQUISA JURÍDICA I

CARLOS ANDRÉ BIRNFELD

HORÁCIO WANDERLEI RODRIGUES

SANDRA MARA MACIEL DE LIMA

Copyright © 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D598

Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA;

Coordenadores: Carlos André Birnfeld, Horácio Wanderlei Rodrigues, Sandra Mara Maciel de Lima – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-333-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Congressos. 2. Educação. 3. Epistemologias. 4. Metodologias do Conhecimento. 5. Pesquisa Jurídica I. Congresso Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Curitiba, PR).

CDU: 34

CONPEDI
Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Florianópolis – Santa Catarina – SC
www.conpedi.org.br

XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA

DIREITO, EDUCAÇÃO EPISTEMOLOGIAS, METODOLOGIAS DO CONHECIMENTO E PESQUISA JURÍDICA I

Apresentação

Durante o XXV Congresso do CONPEDI, realizado em CURITIBA-PR, o Grupo de Trabalho DIREITO, EDUCACAO EPISTEMOLOGIAS, METODOLOGIAS DO CONHECIMENTO E PESQUISA JURIDICA I, reunido na tarde do dia 09 de dezembro de 2016, sob a Coordenação dos professores Carlos André Birnfeld (FURG), Horácio Wanderlei Rodrigues (IMED) e Sandra Mara Maciel de Lima (UNICURITIBA), contou com a apresentação oral e profícuo debate de um total de 18 artigos, todos antecipadamente selecionados pelo sistema do double blind review, os quais, na íntegra, compõem a presente publicação.

O primeiro artigo integrante desta publicação, A CONCILIACAO NO NUCLEO DE PRATICA JURIDICA DA UNIVERSIDADE ESTACIO DE SA - UNIDADE NOVA IGUACU: ASSISTENCIA JURIDICA GRATUITA E ESPECIALIZADA, de autoria de Rossana Marina De Seta Fisciletti e Antonio Marcio Figueira Cossich, tem por objetivo apresentar reflexões e dados relativos ao número de conciliações obtido pelo Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Estácio de Sá, Unidade Nova Iguaçu, entre fevereiro de 2015 e junho de 2016, por área de atuação.

O segundo artigo integrante desta publicação, A METODOLOGIA CIENTIFICA COMO FERRAMENTA DE PRODUCAO DE CONHECIMENTO NA POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO: ASPECTOS TECNICOS, ETICOS E CIENTIFICOS, de autoria de Amanda Tavares Borges e Priscila Mara Garcia, trata da importância da disciplina da Metodologia Científica como ferramenta para elaboração de trabalhos científicos, fomentando a produção científica da Academia de Polícia de São Paulo.

O terceiro artigo integrante desta publicação, A NECESSIDADE DA DISCIPLINA METODOLOGIA DE PRATICA DOCENTE NA GRADE CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUACAO DE DIREITO, de autoria de Manuella de Oliveira Soares e Rui Carvalho Piva, objetiva demonstrar que a inserção obrigatória da disciplina de metodologia de prática docente nas grades curriculares dos cursos de bacharelado em direito melhoraria a formação pedagógica dos professores que atuam no ensino jurídico brasileiro.

O quarto artigo integrante desta publicação, A TRANSDISCIPLINARIDADE COMO OPCAO DE ABERTURA METODOLOGICA: A SUPERACAO DO PENSAMENTO RACIONAL-MODERNO, de autoria de Bianka Adamatti Pedro Bigolin Neto, objetiva demonstrar que a transdisciplinaridade pode vir a ser uma alternativa para o diálogo dos saberes, especialmente tendo em conta o contexto jurídico e a necessidade de superação de uma referência de modernidade exclusivamente centrada numa perspectiva eurocêntrica, que ignora os saberes oriundos da periferia.

O quinto artigo integrante desta publicação, ANALISE ESTRATEGICA DO DIREITO COMO METODOLOGIA DE ENSINO E APLICACAO DA EVOLUCAO DOS PARADIGMAS DA ADMINISTRACAO PUBLICA BRASILEIRA, de autoria de Gustavo Matos de Figueiroa Fernandes, tem como hipótese central a utilização da Análise Estratégica do Direito como uma das novas metodologias de ensino jurídico a ser utilizada especialmente no contexto do Direito Administrativo e da Administração Pública.

O sexto artigo integrante desta publicação, AS CLINICAS DE DIREITOS HUMANOS COMO FERRAMENTA PARA A PRATICA DO ENSINO HUMANISTICO DO DIREITO, de autoria de Thalyta dos Santos, pretende analisar os aspectos teóricos e práticos do modelo de ensino jurídico atual no tocante a efetivação da chamada formação humanística, tendo por foco especial as possibilidades da Clínica de Direitos Humanos como espaço que permite o desenvolvimento de metodologias ativas para o ensino humanístico prático do Direito.

O sétimo artigo integrante desta publicação, CAPILARIZACAO E JUDICIALIZACAO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: UM ESTUDO DAS CONSEQUENCIAS JURIDICAS DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS EDUCACIONAIS, de autoria de Fabricio Veiga Costa, procura demonstrar que o contrato com as Instituições de Ensino institui relação de consumo atípica com obrigações recíprocas entre os discentes e as Instituições no qual a simples violação de cláusula contratual não enseja a pretensão de danos sendo viável a reparação de danos aos discentes apenas quando comprovado o dano e o nexo de causalidade advindo da ilicitude.

O oitavo artigo integrante desta publicação, CONSIDERACOES SOBRE O ENSINO JURIDICO: ENTRE O DISCURSO E A TRADICAO, de autoria de Marcel Britto e Renan Fernandes Duarte, procura demonstrar que na generalidade dos cursos jurídicos prosperou um modelo de ensino jurídico calcado no conteúdo formal e reprodução das normas,

sedimentando práticas despreocupadas com a dimensão crítica do Direito ou mesmo os aspectos de construção de um conhecimento autêntico, a despeito da introdução de um novo paradigma pelas recentes normativas vigentes.

O nono artigo integrante desta publicação, CORRIGINDO O ACADEMICO DO APRENDIZADO UTILITARIO NOS CURSOS DE DIREITO, de autoria de Fernando Henrique da Silva Horita e Norton Maldonado Dias, a partir da compreensão de filósofos utilitários como Jeremy Bentham, procura discorrer acerca das práticas utilitárias no campo do universitário no contexto jurídico, em sua maioria compromissadas com a eventualidade de pontuações em exames e que não estão se mantendo em face das duras realidades mercadológicas que têm exigido um oneroso modelo de profissional.

O décimo artigo integrante desta publicação, DAS METODOLOGIAS ATIVAS DA APRENDIZAGEM EM JOHN DEWEY E PAULO FREIRE E O ENSINO JURIDICO NO BRASIL de autoria de Ricardo Jose Ramos Arruda e Maria Izabel de Melo Oliveira dos Santos, traz breve histórico e discute as propostas essenciais dos pensadores John Dewey e Paulo Freire, expondo as raízes do que atualmente se compreende por metodologias ativas, com foco especial no ensino jurídico.

O décimo primeiro artigo integrante desta publicação, DO PARADIGMA SIMPLIFICADOR AO PENSAMENTO COMPLEXO EM EDGAR MORIN: UMA ANALISE DA CONCEPCAO DE TOTALIDADE, de autoria de Priscila Tinelli Pinheiro e Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, procura discutir, a partir da perspectiva de Edgar Morin, o descompasso entre a ciência moderna e a diversidade apresentada na nova realidade social por meio das suas principais características e da apresentação das críticas ao paradigma simplificador vigente na modernidade.

O décimo segundo artigo integrante desta publicação, ENSINO JURÍDICO EM “CRISE” E A INFLUÊNCIA DE HANS KELSEN de autoria de Stefan Hanatzki Siglinski, objetiva analisar os problemas no ensino jurídico, bem como apontar sugestões de formas de superar esta suposta “crise”.

O décimo terceiro artigo integrante desta publicação, MÉTODOS AUXILIARES PARA O ENSINO DO DIREITO E DO DIREITO TRIBUTÁRIO de autoria de Renata Elisandra de Araujo e Guilherme Trilha Philippi, procura demonstrar que método de estudo de casos concreto e o método de Ensino e Aprendizagem pela Resolução de Problemas (EARP), são duas ferramentas interessantes e que podem auxiliar de forma efetiva especialmente o processo de aprendizagem do Direito Tributário.

O décimo-quarto artigo integrante desta publicação, O ENSINO E AS PROFISSOES JURIDICAS NOS EUA E NA INGLATERRA: PERFIL GERAL, de autoria de Thais Xavier Ferreira da Costa e Cassia Alves Moreira Denck, tem por objetivo apresentar um estudo compilado da organização judiciária e das carreiras jurídicas EUA e na Inglaterra, procurando identificar suas estruturas judiciárias e seu histórico, a disciplina da advocacia e das atividades decorrentes do sistema de Direito, além de traçar o perfil do ensino jurídico comparando suas metodologias e os seus reflexos nas profissões jurídicas, buscando, ao final, identificar pontos de convergência dentro do Sistema Commom Law, comparando-o nos aspectos abordados com o Sistema em vigência no Brasil.

O décimo-quinto artigo integrante desta publicação, O ENSINO JURIDICO NO ANTROPOCENO: O PAPEL DA EDUCACAO AMBIENTAL, de autoria de Isabele Bruna Barbieri e Camila Mabel Kuhn, procura avaliar o papel do ensino jurídico no Antropoceno, tendo por escopo a análise e reflexão sobre a importância da educação ambiental para a superação da problemática ecológica, cuja essencialidade não pode fugir dos cursos jurídicos.

O décimo-sexto artigo integrante desta publicação, O ENSINO JURIDICO NO BRASIL NO PERIODO COLONIAL E IMPERIAL E A SUA EVOLUCAO HISTORICO – METODOLOGICA, de autoria de Fernanda Barreto Ramos e Gabrielli Agostineti Azevedo, aborda o ensino jurídico no Brasil, do Período Colonia e no Período Imperial, tendo por foco a instalação dos primeiros cursos de Direito, em 1827, as Faculdade de Direito de São Paulo e a de Olinda, assim como as respectivas normas de regência.

O décimo-sétimo artigo integrante desta publicação, O PROJETO EDUCATIVO EMANCIPATÓRIO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS E O RESGATE DA MEMÓRIA: MÚLTIPLOS OLHARES DE UMA EDUCAÇÃO HUMANÍSTICA A PARTIR DO ENSINO DA DITADURA MILITAR, de autoria de Lívia Salvador Cani, aborda em que medida o desenvolvimento do Projeto Educativo Emancipatório de Boaventura de Sousa Santos e o resgate da memória a partir do ensino da Ditadura Militar, pode contribuir para uma educação humanística.

O décimo-oitavo artigo integrante desta publicação, REFORMULAR PARA APLICAR NO ESTAGIO JURIDICO SUPERVISIONADO: DAS DIRETRIZES CURRICULARES ABSTRATAS AS FACETAS CRITICAS DA REALIDADE DINAMICA, de autoria de Luana Adriano Araujo e Roney Carlos De Carvalho, tendo por pressuposto o Estágio Supervisionado como etapa de formação de um jurista consciente das vicissitudes da sociedade complexa. perscruta a instituição do Estágio Supervisionado nas grades curriculares, cotejando documentos regulatórios atinentes, buscando identificar, dentro da

concretização propugnada da atividade, o incremento da formação do estudante, tendo por foco especial a estrutura atual do Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Federal do Ceará.

Ao final dos trabalhos, os Coordenadores encerraram os trabalhos congratulando os participantes pela iniciativa dos artigos e pela precisão das exposições e intervenções, as quais permitiram o adequado desenvolvimento do Grupo de Trabalho dentro do tempo previsto, parabenizando derradeiramente o grupo pela proficuidade dos debates, que trouxeram importantes contribuições aos artigos expostos.

Prof. Dr. Carlos André Birnfeld - FURG

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED

Profa. Dra. Sandra Mara Maciel de Lima - UNICURITIBA

A METODOLOGIA CIENTÍFICA COMO FERRAMENTA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO: ASPECTOS TÉCNICOS, ÉTICOS E CIENTÍFICOS.

SCIENTIFIC METHODOLOGY AS KNOW LEDGE PRODUCTION TOOL IN POLICE CIVIL STATE OF SÃO PAULO: TECHNICAL ASPECTS, ETHICAL AND SCIENTIFIC.

Amanda Tavares Borges
Priscila Mara Garcia

Resumo

O presente artigo trata da importância da disciplina da Metodologia Científica como ferramenta na elaboração de trabalhos científicos, fomentando a produção científica da Academia de Polícia de São Paulo. O estudo é relevante vez que tem a intenção de mostrar aos alunos dos Cursos de Formação da Academia de Polícia que a Metodologia Científica aborda as principais regras da produção científica, auxiliando na melhoraria da produtividade desses quando lotados em suas sedes policiais definitivas. Foram usados como referenciais teóricos os autores Tozoni-Reis (2009), Rampazzo (2013), Severino (2000) e Demo (2000). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Metodologia científica, Polícia civil de são paulo, Ética, Trabalho científico, Normas técnicas, Novas tecnologias

Abstract/Resumen/Résumé

This article deals with the importance of the discipline of scientific methodology as a tool in the development of scientific research, fostering scientific production of the São Paulo Police Academy. The study is relevant since it is intended to show students the Training Courses of Police Academy that the scientific methodology addresses the main rules of the scientific production, helping to improve productivity when these crowded in its definitive police headquarters. They were used as theoretical references the authors Tozoni-Reis (2009), Rampazzo (2013), Severino (2000) and Demo (2000). This is a bibliographic research.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Scientific methodology, Civil police of são paulo, Ethic, Scientific work, Technical standards, New technologies

INTRODUÇÃO

Este estudo tem a intenção de abordar a importância da disciplina da Metodologia Científica como ferramenta fundamental na elaboração de trabalhos científicos na seara da Academia de Polícia de São Paulo, mormente aos trabalhos da Polícia Civil de São Paulo, verificando que ao longo dos cursos ministrados nos cursos de formação de Policiais Civis, os Delegados de Polícia e Policiais Civis das demais carreiras não são estimulados a desenvolver trabalhos científicos como parte dos requisitos de avaliação e aprovação.

A Metodologia Científica significa o estudo dos métodos ou da forma, ou dos instrumentos necessários para a construção de uma pesquisa científica; é uma disciplina a serviço da Ciência. O conhecimento dos métodos que auxiliam na elaboração do trabalho científico.

Severino (2000, p.18) define Metodologia como:

> (...) um instrumental extremamente útil e seguro para a gestação de uma postura amadurecida frente aos problemas científicos, políticos e filosóficos que nossa educação universitária enfrenta. (...) São instrumentos operacionais, sejam eles técnicos ou lógicos, mediante os quais os estudantes podem conseguir maior aprofundamento na ciência, nas artes ou na filosofia, o que, afinal, é o objetivo intrínseco do ensino e da aprendizagem universitária.

Ao analisar o cotidiano de discentes em faculdades e universidades, percebe-se que ao longo do ano acadêmico os discentes se encontram diante de muitas dificuldades para cumprir as exigências do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), provavelmente, em decorrência de uma formação deficiente na formação básica. Esse fato é refletido quando os acadêmicos estão cursando o último ano do curso de graduação. Muitos deles não conhecem as normas mais elementares para a elaboração de um texto científico, tais como: desenvolvimento e estrutura do trabalho (Pré-projeto), padrões de redação, procedimentos para se fazer pesquisas bibliográficas, seleção e organização da leitura das obras, construção de citações diretas e indiretas, bem como sobre o propósito de incluí-las no corpo do próprio texto.

Essas dificuldades podem ser a causa de uma grande aflição para estes alunos, que muitas vezes podem levá-los ao desânimo e, até mesmo, a desistência do curso, quando os mesmos têm a consciência que no decorrer do período acadêmico não conseguiram entender o real valor da disciplina de Metodologia Científica, ministrada ao longo dos Cursos.

Assim como na ciência jurídica, em caso de *racio* lacunosa, podemos aplicar a analogia da vida acadêmica das universidades à Academia de Polícia: se há um trabalho científico em desenvolvimento, estimulando os Policiais Civis a escrever, a produzir trabalhos

científicos, tornar-se-ão muito mais competentes e capacitados quando forem exercer seu labor nas Unidades Policiais em que forem designados, pois terão de redigir históricos de ocorrências policiais, peças em procedimentos investigativos, como nos Inquéritos Policiais e Termos Circunstanciados, e principalmente, para os Delegados de Polícia, que terão todo um trabalho jurídico devido à carreira jurídica a que pertencem, tão importante quando a de juízes, promotores ou defensores públicos.

O presente estudo é relevante vez que tem a intenção de mostrar aos alunos da Academia de Polícia que a Metodologia Científica aborda as principais regras da produção científica, fornecendo para esses Policiais Civis uma melhor compreensão sobre a sua natureza e objetivos, podendo auxiliar para melhorar a produtividade desses quando forem designados às suas Unidades Policiais definitivas.

Pretende-se também demonstrar que a disciplina de Metodologia Científica é eminentemente prática e apresenta inúmeros instrumentos essenciais para a realização de trabalho de pesquisa, buscando a construção do conhecimento dos Policiais Civis de forma a favorecer-lhes uma leitura e escrita mais eficiente, através da pesquisa e redação com embasamento científico elaborado segundo normas científicas vigentes.

Com os conhecimentos proporcionados pela Metodologia Científica, os Delegados de Polícia serão mais capacitados a elaborarem relatórios e representações por cautelares restritivas de liberdade contando com a experiência do trabalho científico, na clareza e estética da forma, na habilidade do raciocínio indutivo e dedutivo que desenvolveram ao elaborar seus trabalhos científicos na Academia.

Por outro lado, além da capacitação integral dos Delegados de Polícia e demais Policiais Civis, também há a produção científica da Academia de Polícia, que se engrandecerá com a produção acadêmica de seus alunos, enobrecendo a instituição.

Por fim, importante ressaltar que o presente trabalho tem como referenciais teóricos os autores Tozoni-Reis (2009), Rampazzo (2013), Severino (2000) e Demo (2000), entres outros que abordam o referido assunto, sendo uma pesquisa, em sua essência, bibliográfica.

1 - INÍCIO DE UM DESAFIO

Escrever um texto sobre sua própria experiência, ou sobre um assunto de seu interesse, dentro do ambiente acadêmico, não é simples como parece. Requer rigor e um olhar mais atento e crítico, principalmente quando relata-se experiências ou pauta-se nas experiências dos outros.

Enquanto professores de Metodologia Científica ou como orientadores de trabalhos científicos, estes devem ter a preocupação de verificar se seus acadêmicos realmente estão preparados, com a estrutura metodológica, para abarcarem nessa nova etapa de sua vida acadêmica, pois a disciplina da Metodologia Científica tem como objetivo primordial estimular à produção científica, incentivando o aprimoramento da capacidade de interpretação e elaboração de um trabalho de conclusão de curso em área específica.

Dentro dessa concepção, percebe-se que esta disciplina é essencial para o desenvolvimento de um trabalho científico, pois é nesta que os acadêmicos precisam que saber realmente o que é e como se faz trabalhos, artigos e projetos, onde o papel do professor neste momento é o de orientar, ensinar, trabalhar de forma clara e objetiva com seu aluno, tento uma linguagem que pode e muda a conduta humana.

A disciplina de Metodologia Científica, quando ministrada, deve ser muito bem estruturada, o professor tem que mostrar ao acadêmico passo a passo de sua estruturação, para que esse, ao final do curso, no momento de elaborar seu TCC, Monografia, Dissertação ou Tese, esteja realmente apto a escrevê-lo, pois o professor nesse período deve levar estes alunos à biblioteca, para conheceram o acervo existente sobre a sua área de pesquisa, o que este ambiente possui de material, quais as revistas, artigos, livros que poderão verificar para obter um norteador de informações que lhe serão de grande ajuda no desenvolvimento de seu trabalho acadêmico.

Nesta toada, após o conhecimento do local onde se pode encontrar fontes de informação, se torna necessário que o aluno ou acadêmico troque ideias com seu professor, sobre qual assunto ele deve abordar em seu trabalho, qual é o tipo de pesquisa que ele irá realizar, em qual momento ele fará a revisão de literatura, mas para que aconteça tais questionamentos, o aluno ou acadêmico tem que saber realmente o que é Metodologia Científica.

De acordo com Rampazzo (2013, p. 14), pesquisa é uma atividade de investigação capaz de oferecer (e, portanto, de produzir) um conhecimento novo a respeito de uma área ou fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe a respeito da área ou fenômeno. Para o autor, o objetivo das universidades ou quaisquer outras instituições de ensino (no presente estudo, vislumbre-se a Academia de Polícia) não pode limitar-se à transmissão, por meio dom ensino, do saber adquirido, conservando, assim, o patrimônio cultural do passado. O objetivo do ensino superior é também o desenvolvimento das ciências, tetras e artes, por intermédio da pesquisa. As universidades não podem ser consideradas uma ilha separada do

resto do mundo, ela deverá prestar serviços às comunidades locais, nacionais e internacionais, com atividades de extensão.

Urge ainda consignar que, além da ampliação da capacidade de redigir, interpretar e pesquisar do aluno ou acadêmico, a instituição só tem a ganhar com o ensino da Metodologia Científica. Trazendo para o enfoque do presente estudo, a Academia de Polícia de São Paulo só tem a ganhar com a produção científica dos novos Delegados de Polícia, Policiais Civis e também pela produção científica dos próprios professores titulares de suas cadeiras: as monografias e artigos científicos engrandecem, enobrecem a instituição, vez que fornecem conhecimentos ao mundo acadêmico e à comunidade jurídica, tal como fazem os acórdãos, súmulas, julgados e orientações jurisprudenciais dos Tribunais Superiores, elevando o nome da instituição da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

2 – A METODOLOGIA CIENTÍFICA COMO FERRAMENTA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Nos cursos, academias literárias e científicas, centros universitários, faculdades e universidades, em todos os níveis, exige-se, da parte do acadêmico, alguma atividade de pesquisa. Esta, efetivamente, tem sido quase sempre mal compreendida quanto à sua natureza e à finalidade por parte de alguns alunos e professores.

Muito do que se chama de pesquisa não passa de simples compilação ou cópia de algumas informações desordenadas ou opiniões várias sobre determinado assunto e, o que é pior, não referenciadas devidamente. Para Demo (2000, p. 20), “pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento”.

A finalidade da pesquisa é “resolver problemas e solucionar dúvidas mediante a utilização de procedimentos científicos” (BARROS; LEHFELD, 2000a, p. 14), e a partir de interrogações formuladas em relação a pontos ou fatos que permanecem obscuros em que necessitam de explicações plausíveis e respostas que venham a elucidá-las. Para isso, há vários tipos de pesquisas que proporcionam a coleta de dados sobre o que desejamos investigar.

Algumas razões para eleger uma pesquisa específica são evidenciadas na determinação do pesquisador em realizá-la, entre as quais, as intelectuais, baseadas na vontade de ampliar o saber sobre o assunto escolhido, “atendendo ao desejo quase que

genérico do ser humano de conhecer-se a si mesmo e a realidade circundante" (NASCIMENTO, 2002, p. 55).

A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico. A pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada. Para solucionar esse problema, são levantadas hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas pela pesquisa. Portanto, toda pesquisa se baseia em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação. No entanto, lembre-se de que essa é uma avenida de mão dupla: a pesquisa pode, algumas vezes, gerar insumos para o surgimento de novas teorias, que, para serem válidas, devem se apoiarem fatos observados e provados. Além disso, até mesmo a investigação surgida da necessidade de resolver problemas práticos pode levar à descoberta de princípios básicos.

Os critérios para a classificação dos tipos de pesquisa variam de acordo como enfoque dado, os interesses, os campos, as metodologias, as situações e os objetos de estudo.

O que é pesquisa? Essa pergunta pode ser respondida de muitas formas.

Pesquisar significa, de forma bem simples, procurar respostas para indagações, propostas. Pode-se dizer que, basicamente, pesquisar é buscar conhecimento. Pesquisa-se a todo momento, no cotidiano, mas, certamente, não de modo científico.

Assim, pesquisar, num sentido amplo, é procurar uma informação que não se tem conhecimento, mas precisa-se saber. Consultar livros e revistas, verificar documentos, conversar com pessoas, fazer perguntas para obter respostas, são formas de pesquisa, considerada como sinônimo de busca, de investigação e indagação. Esse sentido amplo de pesquisa se opõe ao conceito de pesquisa como tratamento de investigação científica que tem por objetivo comprovar uma hipótese levantada, através do uso de processos científicos.

Minayo (2011, p. 17), vendo por um prisma mais filosófico, considera a pesquisa como uma "(...) atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação".

Pesquisar cientificamente significa realizar uma busca por conhecimentos, apoiando-nos em procedimentos capazes de dar confiabilidade aos resultados. A natureza da questão que dá origem ao processo de pesquisa varia. O processo pode ser desencadeado por uma dificuldade, sentida na prática profissional, por um fato para o qual não se consegue

explicações, pela consciência de que se conhece mal alguma situação ou, ainda, pelo interesse em criar condições de prever a ocorrência de determinados fenômenos.

Mas, o que é realmente uma pesquisa? Segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 157), a pesquisa pode ser considerada "um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais." Significa muito mais do que apenas procurar a verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados através do emprego de métodos científicos.

Para os iniciantes em pesquisa, o mais importante deve ser a ênfase, a preocupação na aplicação do método científico do que propriamente a ênfase nos resultados obtidos. O objetivo dos principiantes deve ser a aprendizagem quanto à forma de percorrer as fases do método científico e à operacionalização de técnicas de investigação. À medida que o pesquisador amplia o seu amadurecimento na utilização de procedimentos científicos, torna-se mais hábil e capaz de realizar pesquisas (BARROS; LEHFELD, 2000b).

Para Gil (2008, p. 26), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um "processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos."

Pesquisa é, portanto, um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, as quais têm por base procedimentos racionais e sistemáticos.

A pesquisa é realizada quando temos um problema e não temos informações para solucioná-lo. A pesquisa procura respostas! Podemos encontrá-las ou não. As chances de sucesso certamente aumentam à medida que enfocarmos a pesquisa como um processo e não como uma simples coleta de dados.

As pesquisas devem contribuir para a formação de uma consciência crítica ou um espírito científico do pesquisador. O estudante, apoiando-se em observações, análise e deduções interpretadas, através de uma reflexão crítica, vai, paulatinamente, formando o seu espírito científico, o qual não é inato. Sua edificação e seu aprimoramento são conquistas que o universitário vai obtendo ao longo de seus estudos, da realização de pesquisas e da elaboração de trabalhos acadêmicos. Todo trabalho de pesquisa requer: imaginação criadora, iniciativa, persistência, originalidade e dedicação do pesquisador.

Pesquisar também é planejar. É antever toda a série de passos que devem ser dados para chegarmos a uma resposta segura sobre a questão que deu origem à pesquisa. Esses passos ou etapas devem ser percorridos dentro do contexto de uma avaliação precisa das condições de realização do trabalho, a saber:

a) tempo disponível para sua realização;

b) espaço onde será realizado;

c) recursos materiais necessários;

d) recursos humanos disponíveis.

Portanto, a pesquisa científica é uma atividade humana, cujo objetivo é conhecer e explicar os fenômenos, fornecendo respostas às questões significativas para a compreensão da natureza. Para essa tarefa, o pesquisador deve utilizar o conhecimento anterior acumulado e manipular cuidadosamente os diferentes métodos e técnicas para obter resultado pertinente às suas indagações. Bem como afirmou Lakatos e Marconi (2007, p. 157), a pesquisa é um "procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento", fornecendo ao pesquisador um caminho para o conhecimento de sua própria realidade.

3 – ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA CIENTÍFICA

Se houve um tempo em que muitos pesquisadores acreditavam que sua firme determinação de fazer o bem, sua integridade de caráter e seu rigor científico eram suficientes para assegurar a eticidade de suas pesquisas, nos dias de hoje, essa concepção já não é mais objeto de consenso.

O grande desenvolvimento e a crescente incorporação de novas tecnologias no campo da ciência em geral, a maior difusão do conhecimento científico, através dos meios de comunicação social tradicionais, e, em particular, através da internet, assim como a ampliação dos movimentos sociais em defesa dos direitos individuais e coletivos, fizeram com que a discussão sobre a ética aplicada à pesquisa passasse a ter como interlocutores frequentes filósofos, teólogos, juristas, sociólogos e, sobretudo, os cidadãos, seja como usuários de sistemas sociais, de saúde etc., seja como sujeitos, objetos de pesquisas científicas (TOZONI-REIS, 2009, p. 46).

Nesse sentido, questiona-se: o que significa falar em "ética na pesquisa científica"? Ética é a ciência da conduta humana; é o princípio sistemático da conduta moralmente correta.

O que é conduta moralmente correta? É aquela que conforma com as ideias "prevalentes" de conduta humana. Ética na pesquisa indica uma conjunção de "conduta" e de "pesquisa", o que traduzimos como "conduta moralmente correta durante uma indagação, a procura de uma resposta para uma pergunta."

A ética na Pesquisa Científica procura responder à pergunta: a quem serve a ciência? Em seu contexto extremamente colonizador, o conhecimento científico tem sido, sobretudo, arma de guerra e lucro e, assim, como construiu fantástica potencialidade tecnológica, pode tornar inviáveis as condições ambientais do planeta (DEMO, 2000). A visão ética dedica-se sobremaneira a direcionar tamanha potencialidade para o bem-comum da sociedade, no sentido mais preciso de, primeiro, evitar que os meios se tornem fim; segundo, que se discutam não só os meios, mas também os fins e, terceiro, assegurar que os fins não justifiquem os meios. Conforme Demo (2000, p. 43), "a fantástica potencialidade emancipatória do conhecimento até hoje tem servido a minorias, sem falar que é usada muitas vezes para imbecilizar, torturar, manipular".

Ética na pesquisa científica indica que o estudo em questão deve ser feito de modo a procurar sistematicamente o conhecimento, por observação, identificação, descrição, investigação experimental, produzindo resultados reprodutíveis, realizado de forma moralmente correta.

É necessário destacar alguns princípios éticos que devem ser observados na produção e na elaboração de trabalhos acadêmicos, como monografias, dissertações, teses, artigos, ensaios etc. Vejam-se alguns desses princípios e suas implicações (TOZONI-REIS, 2009):

a) quando se pratica pesquisa, é indispensável pensar na responsabilidade do pesquisador no processo de suas investigações e de seus produtos. Nesse sentido, a honestidade intelectual é fator indispensável aos pesquisadores, tornando-os cidadãos íntegros, éticos, justos e respeitosos consigo e com a própria sociedade;

b) a apropriação indevida de obras intelectuais de terceiros é ato antiético e qualificado como crime de violação do direito autoral pela lei brasileira, assim como pela legislação de outros países;

c) o pesquisador deve mostrar-se autor do seu estudo, da sua pesquisa, com autonomia e com respeito aos direitos autorais, sendo fiel às fontes bibliográficas utilizadas no estudo;

d) é considerado plágio a reprodução integral de um texto, sem a autorização do autor, constituindo assim "crime de violação de direitos autorais", conforme o Art. 184 do Código Penal Brasileiro: Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

e) as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) orientam a escrita e informam como proceder na apresentação dos trabalhos acadêmico se científicos,

sendo suas regras recomendadas a todo pesquisador, para ter seu trabalho reconhecido como original.

A Resolução CNS 196 (1996) define pesquisa com seres humanos como aquela "que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais." Essa definição é de fundamental importância, pois não restringe o conceito de pesquisa com seres humanos apenas àquelas realizadas nas ciências da saúde. Inclui toda modalidade de pesquisa que, direta ou indiretamente, envolva seres humanos e, mais, que o manejo de informações e a utilização de partes do corpo, por exemplo, dentes, são considerados pesquisa com seres humanos e devem seguir parâmetros éticos.

Vale ressaltar que a Resolução CNS 196 (1996) é considerada uma recomendação ética e não uma lei. Isso não a torna mais ou menos relevante. O fato é que os periódicos e os eventos científicos, nacionais e internacionais, têm solicitado a comprovação de que o trabalho foi aprovado previamente por um Comitê de Ética em Pesquisa.

No Brasil, a Resolução CNS 196 (1996) define Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) como:

> (...) colegiados interdisciplinares e independentes, com 'múnus público', de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

E, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS) como: "uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Os CEPs, quanto à sua composição, são multidisciplinares, formados por indivíduos das mais diversas áreas do conhecimento humano. Seu objetivo maior é preservar a integridade dos sujeitos, objeto da pesquisa científica, bem como apreciar previamente os projetos de pesquisa.

Os CEPs no Brasil contemplam também a participação de representante dos usuários da instituição, conforme estabelece a Resolução CNS 196 (1996).

O pesquisador deve enviar para o CEP de sua instituição um documento denominado pela CNS 196 (1996) protocolo de pesquisa, definido como "documento contemplando a descrição da pesquisa em seus aspectos fundamentais, informações relativas ao sujeito da pesquisa, à qualificação dos pesquisadores e a todas as instâncias responsáveis." Para sua análise, o CEP utilizará as informações fornecidas pelo pesquisador, através do protocolo de pesquisa.

Entre os aspectos avaliados pelo comitê, devemos citara ponderação dos riscos e dos benefícios que pode estar contemplada na introdução do projeto, ou o pesquisador pode abrir um capítulo especial para tratar dessa questão. A competência do pesquisador para conduzir a pesquisa também faz parte da avaliação do CEP e é comprovada através do currículo do pesquisador ou dos pesquisadores, se for o caso, envolvido(s) na pesquisa. O consentimento livre esclarecido e o termo de consentimento, igualmente, estão inclusos na análise do comitê.

A Resolução CNS 196 (1996) define o consentimento livre e esclarecido como: (...) anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais de riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária no experimento.

O consentimento livre e esclarecido do participante é uma exigência não só do Brasil, mas de todos os códigos internacionais e é, sem dúvida, um dos pilares da ética nas pesquisas científicas.

4 – AS NORMAS TÉCNICAS COMO MEIO, NÃO COMO FIM

A vida científica de professores e estudantes universitários não se limita às atividades curriculares que se desenvolvem no interior das faculdades. Muitos eventos acontecem em outros contextos culturais e institucionais, em que estudiosos e pesquisadores, independentemente de sua origem acadêmica, apresentam e discutem teses de suas áreas, promovendo assim a divulgação e o debate de suas ideias, bem como engrandecendo as instituições a que estão credenciados, como, por exemplo, professores e alunos da Academia de Polícia, quando em participação em Congressos e eventos da espécie tendem a elevar o nome da instituição quando promovem seus trabalhos científicos.

Assim, as normas técnicas em que são elaborados os trabalhos científicos não são um fim em si mesmas; elas refletem algo maior: escrever sobre um tema, um assunto, uma pesquisa não é somente o ato de pesquisar e escrever, é saber escrever, pesquisar, seguindo os padrões científicos, sua forma, suas características peculiares. Por exemplo, uma pesquisa: não basta pesquisar, demonstrar as hipóteses e resultados: deve-se demonstrar, expor as ideias nos padrões da Metodologia Científica, pois só assim o discente ou docente que expõe um trabalho estará realmente realizando uma atividade científica, de caráter acadêmico científico.

4.1 – Participação em eventos

Existem vários eventos no meio acadêmico em que os artigos, monografias, dissertações e teses podem ser expostos, publicados: Congressos, Conferências, Encontros, Reuniões. Seminários, Simpósios, Jornadas etc. Todos esses eventos são entendidos como reuniões extraordinárias, congregando pessoas interessadas em algum campo temático das diversas áreas de conhecimento e da cultura, que se dispõe a discutir termas específicos, de uma forma sistemática e durante um certo período de tempo.

No âmbito desses eventos, os trabalhos científicos dos participantes são apresentados e debatidos sob diversas condições: de forma, de tempo, de aprofundamento. Dentre esses eventos, são mais comuns em nosso meio os seguintes: congressos, conferências, palestrar, simpósios, mesas redondas, painéis, seminários, cursos, comunicações etc. De modo geral, em todas estas atividades abre-se um espaço de tempo para que os participantes possam também se manifestar, entrando em debate.

Assim, Congresso é uma reunião, um encontro para fins de discussão e debate de ideias, promovido em geral por entidades e associações de especialistas de várias áreas, interessados em acompanhar, disseminar e debater as teses que expressam a evolução do conhecimento dessas áreas. De acordo com Severino (2000), hoje sua significação já se estendeu, abrangendo qualquer evento, de certa proporção, em que se debatem questões de interesse dos participantes.

Conferência, enquanto evento geral, se aproxima muito do significado do congresso. No entanto, a conferência conota uma abordagem mais ampla do que o congresso, não partindo de uma entidade em particular, mas de todas as entidades de uma determinada área. A conferência é um evento que tende a ser realizado com uma certa periodicidade. Por exemplo, a Conferência Brasileira de Educação, a CBE, evento convocado por várias entidades de educadores e que, até 1991, acontecia de dois em dois anos.

A Palestra é uma conferência em condições menos solenes, inserida no contexto de um evento maior ou mesmo pronunciada isoladamente. Também pronunciada por um único expositor, sua fala pode se seguida de debates com os ouvintes.

O Encontro designa um evento de menor porte que um Congresso e mais abrangente do que uma simples reunião. Também se destina ao debate aberto de temas predeterminados, sob diversas formas de sessão.

A Reunião, em princípio, deveria designar um evento mais restrito; no entanto, às vezes é tomada como Encontro ou Congresso.

A Jornada é um encontro que faz referência a um certo tempo, em termos de dias. Mas é também tomada no sentido de Encontro.

O Simpósio, em princípio, é uma reunião destinada apenas a especialistas, que se reúnem para discutir tema previamente determinado. Em geral, versa sobre um único tema que vem sendo pesquisado por estudiosos, em instituições diferentes, que são convidados por uma entidade, para debatê-lo, numa perspectiva de troca de informações, de ideias e de conclusões. O debate é presidido por um coordenador.

O Seminário é uma reunião restrita, como se fosse um grupo de estudos, em que se discute um tema a partir da contribuição de todos os participantes. Segundo Severino (2000), no âmbito acadêmico, seminário é tomado muitas vezes como uma forma de atividade didático-científica, muito importante para o processo de ensino-aprendizagem.

A Mesa-Redonda visa à apresentação de pontos de vista diferentes sobre uma mesma questão, mas a partir da exposição de um dos participantes. Em princípio, os demais participantes tomam conhecimento prévio do texto do expositor, apresentando então comentários críticos às suas posições. Após esses comentários, a palavra volta ao expositor, podendo ser aberta também aos assistentes. Dado esse formato da mesa-redonda, é conveniente que se limite a apenas dois o número de debatedores.

O Painel é a apresentação de trabalhos sobre um mesmo tema, abordado sob pontos de vista diferentes, todos expostos livremente, sem referência a colocação prévia em qualquer dos participantes, que podem ser três ou mais. O que caracteriza o painel é que ele abre espaço para um maior número de exposições, embora com tempo reduzido de cada uma.

Estão se tornando comuns as designações Oficinas e Workshops. O Workshop, geralmente, é uma atividade de curta duração. Este termo é melhor explicado por Coelho:

> Workshop, termo de longa data utilizado na cultura anglo saxã (e no resto do mundo) para designar uma espécie de seminário originalmente conduzido por profissionais de destaque (atores e diretores conhecidos de teatro e cinema, literatura, etc.) visando intercâmbio de ideias e a demonstração de técnicas e habilidades desenvolvidas. (COELHO, 1999, p. 282).

Assim, segundo Severino (2000), tanto Oficinas quanto Workshops são reuniões mais restritas em termos de números de expositores e de participantes, destinadas à apresentação de trabalhos, de experiências, de pesquisas, propiciando oportunidade de divulgação e debates.

Igualmente vêm se tornando comuns nos diversos encontros as Apresentações em Pôsteres. Segundo VOLPATO (2007), uma apresentação em forma de pôster é um tipo de apresentação de trabalho científico muito comum em vários tipos de reuniões científicas. Há

um tempo, eram mais comuns as apresentações orais, contudo, devido ao progressivo aumento do número de trabalhos enviados a congressos, nas últimas décadas, as sessões de apresentações orais diminuíram, dando lugar a sessões de pôsteres, a forma encontrada para que um maior número de trabalhos fossem exibidos num curto espaço de tempo.

É bom lembrar que os trabalhos enviados para participação em eventos científicos, em geral, devem ser acompanhados de um resumo contendo em média de 200 a 300 palavras. As comissões organizadoras dos eventos informam previamente, através de suas circulares, as condições de participação e o formato dos trabalhos e resumos.

4.2 – CurriculumVitae e Memorial

Na vida acadêmica dois tipos de documentos autobiográficos são frequentemente solicitados dos discentes e docentes: o Curriculum Vitae e o Memorial. O Curriculum Vitae tornou-se exigência universal para todos os profissionais, particularmente nos momentos de acesso e promoção nas carreiras nas empresas, na entidades culturais, nas instituições universitárias e nos institutos de pesquisa.

Segundo Severino (2000), o Curriculum Vitae é o registro, sob forma sinóptica e esquemática, da trajetória de formação e de atuação do profissional, de modo a expressar seu perfil científico e técnico.

O Programa disponibilizado pelo CNPq na Plataforma Lattes para registro e atualização dos dados curriculares é bastante interativo, apresentando campos predefinidos, bastando ao titular apenas preenche-los, conforme orientações constantes da própria plataforma. O interessado tanto pode baixar o programa para seu micro pessoal, atualizando o currículo e, ao final, enviando-o ao CNPq, como pode também trabalhar on-line.

No ambiente acadêmico, todos os docentes e discentes devem inscrever, o mais cedo possível, o seu Curriculum Vitae na Plataforma Lattes: além das múltiplas vantagens funcionais, trata-se de documento que lhes será frequentemente solicitado tanto ao longo da fase de formatação como da fase de atuação profissional.

Quanto ao Memorial, este é um documento que realiza um retomada articulada e intencionalizada dos dados do Curriculum Vitae do estudioso, no qual sua trajetória acadêmico-profissional fica montada e documentada, com base em informações objetiva e laconicamente elencadas. De acordo com Severino (2000), O objetivo desse documento é fazer um breve resumo de toda a vida acadêmico da pessoa. A ideia principal da elaboração de um memorial acadêmico é semelhante à de um currículo, porém com maior detalhamento

sobre a vida acadêmica, científica e até cultural. A própria palavra memorial relativiza com memórias.

Recomenda-se que o memorial inclua em sua estrutura seções que destaquem as informações mais significativas, como a formação, as atividades técnico-científicas e artístico-culturais, as atividades docentes, as atividades de administração, a produção científica, entre outras.

Portanto, esse documento deve ser um breve resumo sobre seus feitos que pode ser utilizado em páginas de comunidades científicas como *Research Gate, Kudos* e *Sciencescape*. Existem diversas modalidades de apresentação, desde algumas linhas ou até mesmo várias páginas, seja curta ou longa, o que define o tamanho é a finalidade do público o qual o documento está sendo direcionado. Esse é um ponto muito importante, o autor deve fornecer informações completas, porém não excessivas, sendo assim, é necessário um bom julgamento ao definir o filtro do conteúdo, de forma que o resultado final satisfaça aos interessados.

4.3 – Associações científicas, grupos de trabalho e grupos de estudo

Todas as áreas do sistema nacional de pós-graduação tem, junto à Capes, um representante de área, responsável pela coordenação do processo de avaliação dos Programas de cada uma. Esse representante se faz acompanhar de um Comitê de Área que o auxilia na condução do processo avaliativo. O representante mantém contato com as Coordenações e com as entidades científicas nas quais os Programas também se fazem representar de forma mais institucional.

De modo geral, cada área tem sua Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação, como por exemplo, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPPEP, a Associação em Pesquisa e Pós-Graduação em Administração – ANPAD e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS.

Além dessas entidades vinculadas à pós-graduação, são muitas outras entidades científicas vinculadas às áreas de conhecimento. Sua finalidade precípua é organizar os especialistas para o intercâmbio científico entre os especialistas da área e divulgar os resultados de suas pesquisas junto à comunidade da área e à sociedade como um todo.

A participação do pós-graduando nesses eventos, para além de suas repercussões institucionais, é de extrema relevância, dada a importância desses encontros para o debate sobre as temáticas que estão sendo pesquisadas e estudadas nos vários Programas país afora.

O mais das vezes, a organização interna dessas entidades inclui a existência de Grupos de Estudos e de Grupos de Trabalho, que se especializam em subtemas no interior da área de conhecimento, cabendo aos sócios se alocarem nos grupos cuja temática é afim a seus interesses investigativos. Também os Programas de Pós-Graduação tem criando seus Grupos internos de Estudos e Pesquisas, grupos que se dedicam à investigação em temáticas específicas vinculadas às linhas de pesquisa do Programa. Esta tendência de se criar grupos de pesquisa decorre da ideia, cada vez mais consistente no seio da comunidade científica, de que a produção do conhecimento deve ser um trabalho coletivo, realizado em equipes. Portanto, a filiação dos pesquisadores da pós-graduação, docentes e discentes, a esses grupos é de fundamental importância.

No âmbito dos Programas, os Grupos de Estudos e Pesquisas constituem-se como órgãos internos, integrando docentes e discentes, orientadores e orientandos, pesquisadores que desenvolvem atividades de pesquisa tomando como referência recortes temáticos específicos, no âmbito das temáticas mais amplas das Linhas de Pesquisa, dedicando-se a pesquisá-los, em projetos coletivos ou individuais, a debatê-los em eventos científicos, a divulgá-los através de suas publicações.

4.4 – As agências de fomento e de apoio à pesquisa

Para fomentar a pesquisa científica em universidades e instituições pelo Brasil, diversos órgãos ligados ao Ministério da Ciência e Tecnologia e secretarias estaduais fornecem apoio financeiro para pesquisadores e cientistas brasileiros. Entre as fundações de Amparo à Pesquisa estão o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), destinado ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no País.

O CNPq oferece de bolsas aos alunos do ensino médio, graduação, pós-graduação, recém-doutores e pesquisadores já experientes. As bolsas são divididas em duas categorias principais: individuais, no Brasil e exterior, e por quota. Outra forma de apoio oferecido pelo CNPq é o auxílio à pesquisa. Entre as várias modalidades está o subsídio a publicações científicas, o apoio à capacitação de pesquisadores por meio de intercâmbios científicos ou da promoção e atendimento a reuniões e congressos científicos.

Outra instituição de fomento é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que trabalha para a expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados. A Capes atua em várias frentes, diversificando apoios e programas. Existe hoje uma extensa rede de atividades acadêmico-universitárias coordenadas pela instituição. Nos últimos sete anos, foram criados 872 novos cursos de mestrado e 492 de doutorado[1].

O incentivo à ciência também acontece através das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs). As FAPs, que estão presentes em 21 das 27 unidades federativas, estão ligadas aos respectivos governos estaduais. As entidades atuam em quatro eixos principais. O primeiro é a pesquisa, ou seja, o financiamento de projetos em todas as áreas do conhecimento. O segundo é a formação de pesquisadores, por meio da concessão de bolsas em todos os níveis de formação. O terceiro é a inovação, incentivada por meio de programas e editais que associam pesquisadores e empresas. O último é a divulgação, ou seja, levar para a sociedade os resultados alcançados por esses trabalhos.

4.5 – CNPq

CNPQ é a sigla de Conselho Nacional de Pesquisa[2], que atualmente é chamado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. É um órgão público que tem o objetivo de incentivar a pesquisa no Brasil.

O CNPQ foi fundado em 1951, sendo reconhecido no mundo todo, em especial nos países em desenvolvimento. Inicialmente o CNPQ tinha o objetivo de dominar o ciclo atômico no país, e criar estratégias. Porém, depois expandiram-se as funções e o CNPQ ficou responsável também por financiar pesquisas científicas e tecnológicas nas mais diversas áreas de conhecimento.

A sede do CNPQ está situada em Brasília e está ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O CNPQ também tem vários outros órgãos federais e parceiros estrangeiros em suas funções. O CNPQ incentiva a pesquisa no Brasil através de bolsas e auxílios, em especial para indivíduos que querem cursar Mestrado e Doutorado, sejam eles no Brasil ou no Exterior.

---

[1]Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2010/09/conheca-as-instituicoes-de-fomento-a-pesquisa-no-pais>. Acesso em: 17 jul. 2016.
[2]Disponível em: <http://cnpq.br/web/portal-lattes/o-que-e>. Acesso em: 07 ago. 2016.

4.6 – CAPES

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma autarquia e agência pública de pesquisa do Brasil vinculada ao Ministério da Educação que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do país.

A característica distintiva, em relação às outras agências federais semelhantes, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e às estaduais, está na Avaliação Trienal que ela efetua de todos os cursos de pós-graduação do País. É a única entidade que tem tradição de determinar o descredenciamento (na prática, o fechamento) dos cursos que apresentam nota baixa ou deficiente.

A avaliação dos cursos de pós-graduação foi introduzida em 1976, pelo então diretor-geral (na época, o cargo máximo da agência, que depois se tornou fundação), o educador Claudio de Moura Castro. O filósofo Renato Janine Ribeiro foi diretor de avaliação de 2004 até 2008. Conforme verificado em 2012, a diretoria está sendo ocupada pelo físico Livio Amaral. Em julho de 2007, foi sancionada a Lei 11.502 que atribuiu à Capes também o papel de estimular a formação de professores para a educação básica.

Desde 2000, contribui para o desenvolvimento da pesquisa brasileira por meio do *Portal Periódicos* da qual participam gratuitamente as instituições federais de ensino superior, instituições de pesquisa com pós-graduação avaliada pela CAPES, as instituições públicas de ensino superior estaduais e municipais com pós-graduação avaliada com nota 4 e as instituições privadas de ensino superior com pelo menos um doutorado com avaliação trienal 5 ou superior pelo órgão.

4.7 – A Plataforma Lattes[3]

A Plataforma Lattes é uma plataforma virtual criada e mantida pelo CNPq, pela qual integra as bases de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições em um único sistema de informações, das áreas de Ciência e Tecnologia, atuando no Brasil. Foi criada para facilitar as ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento à pesquisa, tanto do CNPq quanto de outras agências de fomento à pesquisa, tanto federais quanto estaduais, e de instituições de ensino e pesquisa.

[3] Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Plataforma_Lattes>. Acesso em: 07 ago. 2016.

Em fevereiro de 2001, as universidades que haviam procurado o CNPq solicitando abertura tecnológica de sua plataforma participaram de workshop na Agência visando à construção da *Linguagem de Marcação da Plataforma Lattes* (LMPL), sob coordenação da CGINF/CNPQ, sendo os trabalhos de desenvolvimento conduzidos pelo Grupo Stela da UFSC. Apesar da preocupação da abertura tecnológica, o foco principal do CNPq era de estabelecer um padrão de transporte de dados em arquivo texto.

O currículo Lattes permite à Instituição uma fácil visão e avaliação curricular dos docentes e discentes contemplando os seguintes pontos: estabelecer uma imagem institucional nos sensos; formação de grupos de trabalho e pesquisa; avaliar o seu trabalho enquanto pesquisador; diagnosticar o perfil do pesquisador com outros dentro de sua área de atuação.

Para o pesquisador, o currículo Lattes possibilita a visibilidade da produção docente por grupos de pesquisa consulta em qualquer lugar do pais, a possibilidade de concessão de passagens para eventos científicos e a participação de projetos.

Em geral os órgãos de fomento consultam o currículo Lattes tornando-se de suma importância para as avaliações de produção científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo quanto foi exposto, conclui-se que o presente estudo, ainda em construção, torna-se de extrema relevância para a padronização de atividades científicas e difusão de conhecimentos no âmbito da Academia da Polícia Civil de São Paulo, vez que tem a intenção de mostrar aos alunos dos Cursos Preparatórios da Academia que a Metodologia Científica aborda as principais regras da produção científica, fornecendo uma melhor compreensão sobre a sua natureza e objetivos, podendo auxiliar para melhorar a produtividade desses nas Unidades Policiais em que forem futuramente lotados, bem como melhorar a qualidade de seus textos, principalmente na redação de históricos de Boletins de Ocorrência, e ainda, numa abordagem mais ampla, a produção de trabalhos científicos, como monografias, visando compartilhar a experiência policial e traçar novos parâmetros de discussões doutrinárias e jurisprudenciais, e este último com destaque para os cargos de Delegados de Polícia, Carreira Jurídica, traçando teses próprias da alçada da Polícia Civil Paulista, que poderão ser adotadas na solução de vários conflitos jurídicos.

Para que esse trabalho tome corpo e se concretize, deve-se ter a consciência de como esta disciplina deve ser ministrada, ensinada aos discentes, para que não se torne cada vez

mais um sacrifício àqueles que precisarão entendê-la para que seu trabalho seja o mais condizente, o mais claro e bem elaborado.

Assim, a aplicabilidade da disciplina da Metodologia Científica no ambiente acadêmico já é parte da grade curricular dos cursos de graduação e pós graduação, e, numa suposição mais que acertada, tem grande importância se aplicada também na Academia de Polícia, como parte integrante de um projeto maior, o da produção científica, da produção de teses específicas a ser defendidas pelos Delegados de Polícia quando em sua atividade de tipificar condutas, relatar Inquéritos Policiais, requerer cautelares, como Prisões Preventivas e Temporárias, Mandados de Busca dentre outras, e num segundo momento, o de produzir artigos científicos em eventos e congressos científicos, engrandecendo assim a imagem da Academia de Polícia e da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N. A. de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.

_____. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. 2. ed.ampl. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000b.

COELHO, Teixeira. **Dicionário de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Pesquisa. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnica de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). et al. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho nacional de saúde. Comissão nacional de ética em pesquisa. Resolução nº196/96 versão 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_ENCEP2012.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2016.

NASCIMENTO, D. M. do. **Metodologia do trabalho científico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2002

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**. Para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 7. ed.São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SEVERINO, A. J. Diretrizes para a elaboração de uma monografia científica. In: _____. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Metodologia Científica**. São Paulo: Cortez, 2000.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Curitiba : IESDE Brasil S.A. , 2009.